

Recebido: 25/10/2025 ■ Aprovado: 02/10/2025 ■ Publicado: 03/11/2025

Desenvolver o Hábito da Leitura na Era Digital: O Desafio da Escola Contemporânea

Ana Cláudia Amorim da Silva¹

Resumo: Na sociedade contemporânea, a tecnologia influencia fortemente os hábitos de informação e entretenimento dos alunos. Este estudo investiga como a escola pode despertar e manter o interesse pela leitura, relacionando essa prática à produção textual nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A leitura é vista como ferramenta essencial para a formação integral, ampliando a visão de mundo e promovendo a comunicação além dos meios digitais. O trabalho discute estratégias pedagógicas que valorizam os conhecimentos prévios dos alunos, estimulam a criatividade e desenvolvem competências leitoras. A metodologia baseia-se na análise de autores como Paulo Freire, Emília Ferreiro e Teresa Colomer.

Palavras-chave: Formação integral. Práticas pedagógicas. Produção textual

Developing the Reading Habit in the Digital Age: The Challenge for Contemporary Schools

Abstract: In contemporary society, technology strongly influences students' habits of information and entertainment. This study explores how schools can foster and sustain interest in reading, linking it to text production in early elementary education. Reading is seen as essential for holistic development, expanding worldviews and communication beyond digital media. The research discusses pedagogical strategies that value students' prior knowledge, stimulate creativity, and develop reading skills. The methodology is based on the analysis of authors such as Paulo Freire, Emilia Ferreiro, and Teresa Colomer, whose contributions engage with the challenges faced by contemporary schools.

Keywords: Holistic development. Pedagogical practices. Text production.

Fomentar el Hábito de Lectura en la Era Digital: El Desafío de la Escuela Contemporánea

Resumen: En la sociedad contemporánea, la tecnología influye fuertemente en los hábitos de información y entretenimiento de los estudiantes. Este estudio analiza cómo la escuela puede fomentar y mantener el interés por la lectura, relacionándola con la producción textual en los primeros años de la educación primaria. La lectura se considera esencial para el desarrollo integral, ampliando la visión del mundo y la comunicación más allá de los medios digitales. La metodología se basa en el análisis de autores como Paulo Freire, Emilia Ferreiro y Teresa Colomer, cuyas contribuciones dialogan con los desafíos de la escuela actual.

Palabras- clave: Formación integral. Prácticas pedagógicas. Producción textual.

¹ Secretaria Municipal da Educação de Sorocaba — Sorocaba (SP), Brasil. ✉ proanita@gmail.com.

1- Introdução

O papel da escola no processo de ensino da leitura está longe de ser uma tarefa simples. Desenvolver uma reflexão sobre esse processo constitui um desafio, embora seja indispensável fazê-lo. A constante renovação de teorias nas áreas da Linguística, Psicologia, Pedagogia e demais campos envolvidos nesse contexto contribui para a complexidade em se identificar estratégias eficazes que favoreçam tanto o aperfeiçoamento da prática docente quanto a aprendizagem dos alunos.

A escolha deste tema de estudo justifica-se pela necessidade de refletir sobre o uso excessivo da tecnologia por crianças e adolescentes, o que tem levado à substituição de hábitos essenciais, como o da leitura, e, conseqüentemente, ao comprometimento da competência de compreensão das informações — elemento fundamental para o desenvolvimento das habilidades de comunicação oral e escrita.

A metodologia adotada neste trabalho baseia-se na observação de professores de uma rede particular de ensino do estado de São Paulo, cuja prática pedagógica fundamenta-se em uma perspectiva sociointeracionista. Tal abordagem busca, em seu cotidiano escolar, desenvolver estratégias que estimulem o prazer pela leitura e pela escrita, promovendo bons hábitos de leitura em diferentes gêneros textuais e a produção de textos orais e escritos coerentes, coesos e adequados às diversas funções sociais da linguagem.

Na revisão teórica, serão apresentadas concepções sociopolíticas acerca da aprendizagem da leitura e da escrita ao longo dos anos, considerando aportes de teóricos da área e indicadores federais que revelam a situação atual do sistema educacional brasileiro. Na sequência, abordará o conceito de leitura e seu planejamento no cotidiano escolar, enquanto na próxima etapa discutirá as contribuições da tecnologia para a educação e sua influência na forma de compreender o mundo.

Cabe ressaltar, por fim, que esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar todas as possibilidades de estratégias voltadas ao estímulo do hábito de leitura, tampouco de tratar o uso da tecnologia como algo estritamente prejudicial ao cotidiano dos alunos. Busca-se, antes, refletir sobre o equilíbrio entre ambos os aspectos, reconhecendo a importância da leitura como instrumento de formação crítica e humana.

2- Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na observação de práticas pedagógicas desenvolvidas por professores de uma rede particular de ensino do estado de São Paulo. A investigação está ancorada na perspectiva sociointeracionista, que compreende o processo de ensino-aprendizagem como resultado da interação entre sujeitos e contextos sociais.

A coleta de dados foi realizada por meio da análise das estratégias utilizadas pelos docentes para estimular o prazer pela leitura e pela escrita, com foco na formação de leitores críticos e na produção textual significativa. As práticas observadas envolvem o uso de diferentes gêneros textuais, atividades de leitura compartilhada, dramatizações, leitura em voz alta e escrita criativa.

A metodologia também contempla uma revisão teórica baseada em autores como Paulo Freire, Emília Ferreiro e Teresa Colomer, cujas contribuições dialogam com os desafios enfrentados pela escola contemporânea no desenvolvimento do hábito de leitura em meio às transformações tecnológicas.

3- Revisão teórica

Antes de iniciar nossas hipóteses e concepções sobre a leitura e escrita no ambiente escolar em meio ao mundo tecnológico, é preciso fazer algumas considerações acerca do histórico do desenvolvimento destas habilidades no contexto histórico, político e educacional.

Até por volta do século XIX, os livros de leitura praticamente não existiam nas escolas brasileiras, textos como documentos oficiais e cartas serviam de fonte no ensino à prática leitora. Comprova-se isso mais precisamente quando observamos a lei de 1827, a primeira lei brasileira específica sobre instrução pública. Versava a lei, em seu artigo 6º que os professores deveriam ensinar a ler e escrever, a gramática, a língua nacional, preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Além de não existir a preocupação do Estado em diversificar as fontes de leitura, as escolas eram restritas em quantidade e em igualdade, pois as práticas iniciais de escolarização aconteciam, em sua maioria, nas próprias fazendas, as aulas eram ministradas por alguma pessoa mais letrada na comunidade como padres, capelãs ou mesmo um mestre-escola contratado. Os escravos eram

proibidos de frequentar as escolas e às meninas, considerava-se desnecessário tendo em vista o papel que cumpririam sendo mães e donas de casa.

Segundo os historiadores, antes da industrialização, saber ler e escrever costumava ser associado a ausência de ocupação e no âmbito social era relacionado com valores morais assim, saber ler e escrever provinha de alguém virtuoso, o domínio desta habilidade cumpria uma coesão social. Nesta época, era possível ser um cidadão de posses e respeitado na sociedade em que se estava inserido, sem necessariamente ser letrado. Com o advento da industrialização, estes conceitos foram mudados e o analfabetismo passou a ser vinculado ao fracasso social, prezando a partir de então a busca individual pela escolarização.

Desenvolveu-se assim uma reivindicação social pela igualdade de acesso à alfabetização, como uma forma de constituir uma nova ordem social e política, dá-se início ao processo de escolarização obrigatória.

A situação começa a mudar com a implantação da imprensa régia e o Brasil inicia a impressão de livros. O objeto de leitura tão raro nas escolas e nos meios de convívio social, passa a invadir todas as cidades e não apenas as bibliotecas e livrarias das grandes metrópoles.

Com a implantação da República, o que era antes restrito à elite passa a ser acessível para uma diversidade de público, idade e nível de ensino existindo desta forma um fortalecimento das escolas primárias com classes mistas, possibilitando o nascimento de um novo sistema escolar, com uma nova concepção nos métodos de ensino e na infraestrutura dos ambientes escolares, exigindo a existência de uma padronização, no contexto escolar, através do livro didático como suporte.

Surgem no cenário brasileiro, diferentes gêneros didáticos, livros de lição de casa, livros de leitura, livros didáticos e as cartilhas. Podemos citar alguns como exemplo: *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manuel Bonfim; *A pátria brasileira e Contos pátrios*, de Bilac e Coelho Neto; *Histórias de nossa terra*, de Júlia Lopes de Almeida; e *Minha terra e minha gente*, de Afrânio Peixoto.

A existência de propostas com destaque para o livro de leitura em relação as outras obras didáticas foram adotadas por algumas escolas paulistas, chegando até sugerir que os alunos utilizassem apenas os livros de leitura para nortear o ensino, ficando as outras disciplinas dependentes das explicações dos professores especialistas. Os alunos poderiam, em um único título, conhecer narrativas literárias e explorar outros conhecimentos pertinentes à sua formação.

Os livros de leitura passaram a ter um diferencial, as ilustrações, ainda que em preto e branco e na maior parte fotografias, com imagens de crianças desempenhando atividades domésticas, a presença de crianças lendo ou brincando quase inexiste. Mesmo assim, as imagens transformaram a forma de leitura, especialmente na fase de alfabetização, pois favorecia o diálogo,

As ilustrações presentes nestes livros compunham a cultura escolar definida como o conjunto de conteúdos cognitivos e simbólicos organizados, rotinizados e normatizados para a transmissão deliberada no ambiente escolar.

A partir do contexto social em que mais de 80% da população era analfabeta, a escrita e leitura passam a ser pré-requisitos para o progresso na sociedade o que acaba resultando na necessidade de investimento, por parte da sociedade moderna, no capital humano, para que cada cidadão seja capacitado a compreender um grande volume de informações comuns ao mundo laboral. Neste contexto, surge a expressão alfabetização funcional, nos anos 40, nas avaliações quanto ao nível de alfabetização em diversos países. O trecho do informe da UNESCO (1976) sobre a alfabetização afirma:

...a alfabetização deve ser considerada como uma maneira de preparar o homem para um papel social, cívico e econômico... deve converter-se em uma oportunidade para adquirir informações que possam melhorar os níveis de vida (Apud Colomer, 2002, p.16)

Apesar do tema de analfabetismo ir além da escolarização de crianças, pois o índice de analfabetismo nacional incluía, em sua maioria, adultos, manteremos o foco de nosso trabalho que são os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Inclui-se a esta discussão também o fato de a maioria dos Estados, em décadas atrás ter sido adotado o ensino seriado, com as discussões concomitantes do movimento da Escola Nova. Todavia, mesmo com as inúmeras discussões e métodos inovadores, os alunos ainda continuavam temerosos com suas lições tomadas em voz alta ou entediados com as leituras prescritas pela escola.

Em meio a tantos empecilhos ao prazer da leitura, ora por conta da escolha dos objetos de leitura ora pela falta de infraestrutura e desigualdade de direitos, vemos atualmente que a escola de maneira geral ainda tem de romper outros paradigmas ao traçar o caminho da leitura prazerosa através da qual o aluno desenvolve-se como leitor do mundo a sua volta e se inteira do seu papel transformador na sociedade a qual está inserido.

3.1- O Que é Leitura?

A leitura, ocorre muito antes da idade de escolarização, pois cada criança começa a desenvolver sua leitura de mundo, suas ideologias e seu próprio discurso através da linguagem, que determina a maneira de perceber a realidade. Diariamente a criança é exposta a veículos de comunicação como televisão, outdoors, anúncios, rótulos de produtos etc. E associa as figuras aos conceitos que eles representam. A este mecanismo, chamamos leitura de mundo que a criança faz do ambiente que a cerca.

Desta maneira, quanto mais cedo a criança for ensinada e estimulada à leitura, mais cedo ela poderá conhecer e transformar sua realidade, estendendo este benefício também a sociedade na qual ela esteja inserida. Para Freire (1983), a compreensão crítica do ato de ler não se esgota na decodificação da palavra escrita, mas se manifesta na leitura de mundo. Leitura é uma maneira de alimentar a alma, pois muito antes do código escrito, o conceito das palavras já moldava a visão de mundo de cada indivíduo.

Segundo o dicionário Aurelio digital, o termo leitura, entre outros sentidos é definido: como a maneira de interpretar um conjunto de informações, decodificação de dados a partir de determinado suporte. No entanto, Ferreiro (2008) assim como Freire, defende uma concepção de leitura muito mais abrangente, algo que vai além de um mecanismo inevitável de correspondência entre o oral e o escrito, conceito vigente tanto na psicologia como na pedagogia. Conforme a autora só nos últimos anos, alguns autores como Foucambert (1994) e Smith (1999) passam a defender a ideia de que a leitura não pode ser reduzida a puro deciframento.

Sabemos hoje que o ato de leitura compreende um conjunto de mecanismos que intervêm na compreensão de um texto escrito. Como dizem Adam e Starr (1982), ao ler um texto com significado, não se decodificam as letras, palavras e frases da mesma forma que se fossem apresentadas isoladamente. Além disso, a velocidade com que se lê uma frase depende diretamente do contexto em que ela está inserida.

Também o significado de um texto não se resume apenas ao significado literal, já que os significados se constroem em relação a outros significados. Assim durante a leitura, o leitor deve raciocinar e inferir de forma contínua, ressignificando a todo instante o texto escrito. Distancia-se o leitor de uma recepção passiva e o aproxima a um posicionamento ativo que o coloca como alguém

que retoma a todo instante os conhecimentos prévios sobre o mundo e outros significados e interpreta o texto escrito a partir do seu olhar, o que chamamos de uma relação dialética, em que o leitor a todo momento cria, modifica, elabora e incorpora novos conhecimentos e constrói sua própria interpretação.

Em suma, ler é mais do que um simples mecanismo de decodificação de signos gráficos, antes é um ato de raciocínio.

Conforme Colomer e Camps (2002), ler é um processo utilizado para obter informações da linguagem escrita, assim como escutar é o meio pelo qual acessamos informações da linguagem oral.

Assim o ato de compreensão de leitura é entendido como uma alteração das redes organizadas de conhecimento, que ao iniciar uma nova leitura dá início a um novo processo de formar, elaborar e modificar as estruturas que o leitor tinha antes de absorver esta nova informação.

O primeiro passo deste processo dá-se no momento de captação de determinados estímulos mediante os sentidos (palavras escritas num papel, música etc.) em relação ao que o sujeito seleciona automaticamente aos estímulos que lhe interessam, chamada de percepção. O que se segue é o processo de retenção na memória de longo prazo, a qual, o leitor possa recuperar as informações quando forem necessárias, desde que essas informações tenham sido organizadas de forma compreensível e significativa.

Quando o leitor se propõe a ler um texto, uma série de elementos contextuais e textuais, ativa alguns destes conhecimentos guardados e o leva a antecipar aspectos quanto ao conteúdo, suas hipóteses estabelecem expectativas em todos os níveis do texto, são formuladas como suposições que o leitor espera encontrar respostas ao continuar lendo. Se a informação é coerente com as hipóteses levantadas, o leitor a integrará ao seu sistema de memórias para continuar construindo significados mais globais mediante diferentes estratégias de raciocínio.

Muitos dos estudos sobre leitura, questionaram a ideia de um processo leitor com a necessidade de fixar-se em cada um dos signos gráficos a fim de compreendê-la, desta forma o leitor se habituaria a buscar e perceber unicamente os indícios que são relevantes para a sua leitura. “A compreensão do texto a ser alcançada, por sua leitura crítica, implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.” (Freire, 2008, p. 11). A leitura, portanto, é um processo de experiência e

experimentação das possibilidades disponíveis na sociedade da qual cada indivíduo faz parte. “O ato de ler se concretiza na experiência existencial” (Freire, 2008, p. 12).

É preciso levar em consideração as fases de leitura antes de propor ao leitor que se aventure por este mundo dos signos e sonhos. Quanto a isto, Bamberg (1991) nos esclarece que as preferências literárias são conforme a idade do leitor. Sendo que na:

1a. fase - Idade dos livros de gravura e dos versos infantis (de 2 a 5/6 anos) – esta é a idade do pensamento mágico. Os livros de gravuras ajudam quando apresentam objetos simples, sozinhos, retirados do meio em que ela vive; o seu primeiro interesse pelo conhecimento é satisfeito pelo mais simples dos livros de gravuras. O interesse é maior por cenas isoladas do que pelo enredo da história e a criança gosta dos versos infantis, devido sua musicalidade. As brincadeiras com os livros de gravuras são importantes para incentivá-la a buscar o prazer no contato com o livro.

2a. fase - Idade do conto de fadas (de 5 a 8/9 anos) – é a idade de leitura de realismo mágico, a criança é suscetível à fantasia. A criança gosta principalmente de contos de fadas que representam um ambiente que lhe é familiar. Quanto menos se identifica com os personagens mais os aprecia; manifesta seu sentimento nas brincadeiras em que poderá imaginar e mostrar sua preferência por personagens e histórias de um mundo maravilhoso, fantástico, de heróis, duendes e princesas etc.

3a. fase - Idade da leitura fatural (de 9 a 12 anos) - caracterizada pela construção de uma realidade ordenada racionalmente. A criança busca orientar-se no mundo concreto, objetivo. Questões “como?” e “por quê?” são cada vez mais frequentes e são acrescentadas à pergunta “O quê?”. Ainda há o interesse pelos contos de fadas, mas também começa a surgir o interesse por ler aventuras, contos de enigma e de terror.

4a. fase - Idade da história de aventuras (de 12 a 13 anos) – nesta fase ocorre a tomada de consciência da própria personalidade, passa a buscar independência, a testar os limites e a agressividade é uma característica bastante acentuada. O interesse do adolescente pode ser despertado principalmente através do enredo, dos acontecimentos da relação com o momento que está sendo vivido. Em relação às meninas, por influências do convívio, percebe-se um interesse por romances e sentimentalismo.

5a. fase - Anos da maturidade (de 14 a 17 anos) – manifestam-se marcas do descobrimento do próprio mundo interior, do desenvolvimento de planos para o futuro e a afirmação de valores. O interesse pelo mundo exterior é substituído pela participação do mundo interior, no mundo dos

valores. Voltam-se a aventuras de conteúdo mais intelectual, a romances históricos ou livros que se relacionem com preferências e sonhos profissionais.

De tal modo que antes de propor uma leitura ou desenvolver um trabalho no ambiente escolar centrado no desenvolvimento desta habilidade, seria de importância conhecer e respeitar estas fases.

A criança apresentada ao mundo da leitura precisa de apoio e incentivo para que cultive prazer por esse hábito, assim a participação do adulto é de extrema importância para que ocorra a compreensão deste universo desconhecido.

Deveria ser no ambiente familiar que esse processo deveria se desenvolver inicialmente, mas na maioria das vezes as crianças não recebem o auxílio deles, pois estes também não o receberam no passado, e não detém conhecimento e até mesmo habilidades para contribuírem na formação de seus filhos; assim pais que leem formam crianças leitoras.

3.2- A leitura no contexto escolar

Ensinar os alunos a ler e escrever é uma das principais tarefas da escola e, portanto, precisam participar de uma rotina variada e estimulante como ouvir histórias, representá-las, cantar poesias e observar o adulto lendo e escrevendo.

Através das práticas pedagógicas, o professor vai apresentar ao aluno o mundo das palavras e criar situações de incentivo.

Ensinar a ler e a escrever é uma das tarefas escolares que mais preocupa os educadores, muitas crianças fracassam já nos primeiros passos da alfabetização. Frente a essa problemática e em busca de caminhos que minimizassem, e, até mesmo, erradicassem este entrave do processo ensino-aprendizagem, através de pesquisas, Ana Teberosky e Emília Ferreiro, desde 1974, desenvolveram uma ampla pesquisa com o objetivo de mostrar que existe uma nova maneira de encarar esse problema, que atinge tanto o educando quanto o educador.

As dificuldades no processo de aquisição de leitura estão entre os fatores que interferem diretamente na aprendizagem do aluno, pois todos os seus conhecimentos no ambiente escolar, girará em torno desta habilidade.

As crianças aprendem a ler participando de atividades de uso da escrita junto com pessoas que dominam esse conhecimento, quando acreditam que podem fazer isso. É difícil uma criança

aprender a ler quando se espera dela o fracasso. É difícil também a criança aprender a ler se ela não achar finalidade na leitura.

No entanto, os novos estudos a respeito da educação dizem que, quanto mais próximas as práticas pedagógicas estiverem das práticas sociais, mais as crianças verão sentido no que estudam e escrevem, poderão estabelecer relações, desenvolverão sua imaginação e se tornarão produtoras culturais.

Com relação à melhor maneira de ensinar a leitura, há uma bibliografia pedagógica imensa que podem e devem nortear as escolhas pedagógicas relacionadas a leitura. Não existe uma única forma eficiente para aprender uma determinada habilidade cognitiva, isto não significa que não se possam estabelecer alguns pressupostos sobre como ensinar a leitura. Uma das sugestões é que a leitura, se praticada em sua globalidade significativa, será mais bem aproveitada do que se for exercitada em partes, ação que deverá ser proposta de maneira secundária com tanto que a criança compreenda as tarefas de exercitação ao conjunto de atividade leitora.

O professor deve conhecer as ideias de seus alunos em relação àquilo que se pretende ensinar, tanto para descobrir sua bagagem conceitual quanto para sua forma de proceder e interpretar o escrito, visando favorecer uma evolução positiva no desenvolvimento da aprendizagem.

Familiarizar os alunos com a língua escrita e criar uma relação positiva com o escrito deve constituir uma dos primeiros objetivos do ensino da leitura na escola. Para tanto é preciso intensificar o contato dos alunos com textos que preservem o sentido e uso normal da língua, em situações reais que produzam um pertencimento afetivo, que o aluno se sinta envolvido com um mundo que pessoalmente lhe compete.

O contato com o registro escrito tem de implicar a tomada de consciência de seu uso funcional, da clareza do porquê as pessoas leem, que esta não é uma tarefa eminentemente escolar.

A relação positiva com a escrita também está ligada a experimentação do prazer que a ampliação da capacidade comunicativa proporciona através da leitura, pois o aluno apercebe-se que pode mover-se pelo mundo da língua impressa. Há autores que dizem que todos têm de descobrir o seu livro, aquele que seduz verdadeiramente, que dá poder para ser o que quer que seja, que nos adentre ao mundo onde tudo é possível.

Conforme FREIRE (2008 p. 47), é praticando que se aprende a nadar, é praticando que se aprende a trabalhar, se é desse modo, é praticando também que se aprende a ler e escrever. Vamos praticar para entender e aprender para praticar melhor.

A função do professor não se limita a de ensinar a ler, todavia criar condições para que o aluno realize a sua própria aprendizagem de acordo com seus interesses e necessidades que sua realidade lhe apresente.

Cabe a escola, no processo de desenvolvimento da habilidade de leitura, diversificar a experiência com textos variados para a aprendizagem das características que os diferenciam e para que o exercício da leitura seja exercitado em todas as suas formas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) explicitam que: durante o Ensino Fundamental, o aluno deverá tornar-se capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente,

Considerando que na vida social o aluno está permanentemente em contato com os diferentes tipos de textos e já conhece algumas características deles, é necessário, porém, sistematizar esse conhecimento. Então é tarefa da escola promover situações que favoreçam a criança o reconhecimento dos gêneros textuais, de modo que aprendam a produzi-los e utilizá-los nas diversas situações de comunicação.

A leitura e a escrita de textos diversificados favorecem ao aluno a capacidade de analisar criticamente os usos linguísticos e faz com que os momentos de aprendizagem estreitem os laços com a função social da linguagem atrelada à sua utilização cotidiana. No que diz respeito ao uso da diversidade textual na leitura, Kleiman (1993 p. 8) afirma que:

[...] quanto mais diversificada a experiência de leitura dos alunos, quanto mais familiaridade eles tiverem com textos narrativos, expositivos, descritivos, mais conhecida será a estrutura desse texto, e mais fácil a percepção das relações entre a informação veiculada no texto e a estrutura do mesmo.

Ler é importante na escola porque é importante na sociedade, portanto quando o aluno lê, os valores que ele traz consigo entra em contato com os valores veiculados nos textos e o auxilia a aprender a participar das práticas sociais de leitura, que ocorrem em todos os espaços em que as pessoas circulam.

É papel da escola, levar o aluno a pensar, argumentar, analisar e observar.

O professor deve conhecer o que interessa ao aluno nas diferentes fases que ele se encontra:

Na Educação Infantil – a leitura deve ser estimulada intensamente; a proposta a ser apresentada deve incentivar na criança a expectativa de aprender a ler, tendo o cuidado de não sobrecarregar a criança.

Na primeira etapa do Ensino Fundamental I – a ajuda do professor no desenvolvimento de interesses e do prazer em ler é extremamente necessária, tendo o cuidado para não romper o interesse da criança por brincadeiras. O exemplo do professor leitor é essencial, pois influencia a criança, ela se identifica com o seu professor: se o professor mostrar que gosta de ler, o desenvolvimento da leitura será favoravelmente influenciado.

Entre o quarto e o sexto ano – na transição entre a idade do conto de fadas e a idade das aventuras, pode-se perceber se a criança gosta de ler. Também poderá variar seus interesses, algumas ainda estarão apegadas aos contos de fadas e outras estarão na idade das aventuras. O professor poderá mesclar os diferentes níveis de interesse e gosto dos alunos para que todos sejam incluídos nas propostas de leitura.

Do sétimo até o Ensino Médio – é importante mostrar aos adolescentes que os livros estão à sua espera e são seus amigos, considerando que poderão dialogar de acordo com os seus interesses individuais. A mobilização para a leitura pode surgir a partir de discussões sobre assuntos em geral, profissão, sociedade, problemas sociais, temas que tratem de individualidade e sociabilidade de cada um.

Os benefícios de se converter em um aluno com bons hábitos leitores será observado na melhoria do desempenho escolar, num posicionamento mais crítico diante dos acontecimentos e uma produção textual mais criativa e eficaz.

3.3- Leitura: Desafios E Estratégias

A relevância do contato com o livro na educação e na formação pessoal de todo indivíduo é um tema amplamente discutido nos espaços educacionais. Com frequência, a imprensa divulga resultados de pesquisas que revelam a média anual de leitura do brasileiro e a quantidade de títulos lançados no mercado editorial.

De acordo com dados fornecidos pela Câmara Brasileira do Livro (CBL) e pelo Sindicato Nacional das Editoras de Livros (SNEL), foram vendidos, em todo o país, aproximadamente 289 milhões de exemplares de livros não didáticos no ano de 2004. Esses números corroboram os

resultados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2001), que apontou uma média de 1,8 livro lido por habitante. Em comparação, a média era de 4,9 na Inglaterra, 5,1 nos Estados Unidos e 7,0 na França.

Embora seja previsível que o índice de leitura no Brasil seja inferior ao dos países desenvolvidos, o dado que mais chamou a atenção dos pesquisadores foi o fato de a quantidade de exemplares vendidos em 2004 ser praticamente a mesma registrada em 1991 — uma diferença de treze anos entre os levantamentos.

É importante ressaltar que o mercado editorial brasileiro não permaneceu estagnado nesse período; contudo, a queda nos índices reforça que a leitura ainda não constitui um hábito consolidado para a maioria dos brasileiros. Tal constatação torna-se ainda mais significativa quando se observa que, nesse mesmo intervalo, houve aumento no número de pessoas com mais de oito anos de escolaridade e elevação da renda média do trabalhador.

Sem dúvida, o elevado preço dos livros no Brasil dificulta uma maior aproximação com a leitura, os editores por sua vez explicam que levando em conta o número limitado de consumidores, o que restringem os novos títulos a baixas tiragens, encarece o preço de cada exemplar. Isso gera um círculo vicioso o qual o livro fica caro, poucas pessoas têm condições de adquiri-los com frequência e uma parcela bem pequena da população vai ler.

Na tentativa de remediar esta situação, algumas editoras têm injetado no mercado, um número significativo de livros de bolso ou de coleções de baixo custo, além de gerar resultados positivos, tem possibilitado sua venda em novos locais como estações de metrô, supermercados, lojas de departamento etc.

Um exemplo de editora que apostou nesta iniciativa foi a Companhia das Letras, que criou o selo Companhia de Bolso, com o intuito de facilitar o acesso dos leitores a títulos relevantes culturalmente e de identificação com o público. Com o mesmo objetivo, o empresário Fábio Bueno Netto adaptou as máquinas que costumavam vender chocolates, balas e refrigerantes para vender livros em hospitais, estações de metrô e rodoviárias.

O resultado foi que somente na cidade de São Paulo, no ano de 2004, foram vendidos cem mil exemplares com valor a partir de três reais. O objetivo da ideia, neste caso foi o de tornar o livro um objeto de consumo popular e evidenciar o aspecto corriqueiro da leitura.

Mesmo tendo sido alcançadas algumas mudanças, o livro ainda segue sendo restrito a uma faixa circunscrita de leitores. A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, anteriormente citada, revelou que somente 30% dos adultos alfabetizados afirmaram ter lido ao menos um livro nos últimos três meses, ao passo que 61% afirmaram ter pouco ou nenhum contato com livros. Na realidade o que acontece é que ao sair do ambiente acadêmico e escolar, o conteúdo de um romance ou o estilo de determinado escritor, dificilmente é tema de conversas entre amigos, desta forma o leitor passa a perder o interesse pelo tema e deixa de ser estimulado ao prazer da leitura.

No final do século XIX, inicia-se os sucessos editoriais, alguns livros passam a esgotar suas edições em um curto período, animando os livreiros a divulgar seus produtos em jornais diários. O proprietário da Livraria do Povo, Pedro Quaresma foi um dos que atuaram neste tipo de publicidade, utilizando-se de frases de efeito e resumos de impacto, regularmente informando os títulos mais procurados.

No século XX, seguiu-se a mesma receita de Quaresma, salientando os milhares de exemplares vendidos dos títulos de maior sucesso. Além das frases de efeito, capas coloridas, baixos preços e linguagem acessível, temas provocativos aumentaram as vendas das editoras.

Já na década de 1920, os índices de venda dos best-sellers só aumentavam, por exemplo, em São Paulo, o escritor Monteiro Lobato alcançou grandes feitos com as *Reinações de Narizinho*. Outros vários exemplares continuaram a alcançar dezenas de milhares.

Hoje no Brasil, dificilmente um livro alcança cem mil exemplares vendidos. Porém, em toda a história dos editoriais, sempre existiram os sucessos inesperados que acabaram sendo reimpressos devido ao sucesso alcançado. Em anos mais recentes, vimos isto acontecer como títulos do escritor Paulo Coelho, que só com *O Alquimista* em 1988 vendeu 11 milhões de exemplares e, no conjunto de sua obra 65 milhões em todo o mundo.

Na literatura estrangeira, isto é mais recorrente, autores conhecidos de romances, mistérios, aventuras, vez por outra alcançam centenas de milhares de livros vendidos. Os seis livros da série *Harry Potter*, de J.K. Rowling, até o final de 2006 havia vendido 300 milhões de exemplares, traduzidos em 63 idiomas diferentes.

Por mais que as editoras se esforcem em descobrir, sempre é um mistério o que torna uma história capaz de prender a atenção de incontáveis leitores, tão distintos em gosto e estilos de vida.

A década de 1990 pode ser definida, no plano da política educacional, como época de instauração de uma cultura avaliativa. Nesse tempo, autoridades educacionais locais criaram sistemas de avaliação quantitativa de habilidades e competências individuais para as diversas áreas de conhecimento, referenciados por parâmetros internacionais de avaliação de desempenho de estudantes, o que permitia realizar comparações entre os diversos países participantes.

Um exemplo de proposta de avaliação foi estabelecido pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a partir de 2000, cujo objetivo é medir o desempenho dos estudantes nas áreas de leitura, matemática e ciências.

Segundo o relatório do Programa, o PISA, avaliou “conhecimentos, habilidades e competências adquiridos pelos estudantes que os capacitam para uma participação efetiva na sociedade e o letramento em leitura, ou seja, o uso e a reflexão sobre textos escritos para alcançar objetivos pessoais, desenvolver o conhecimento e o potencial individuais e participar plenamente na vida em sociedade”. O letramento em leitura foi avaliado em três dimensões: a) a forma do material de leitura; b) o tipo de tarefa de leitura, o que corresponde às várias habilidades cognitivas próprias de um leitor efetivo; c) o uso para o qual o texto foi construído. Os resultados da avaliação mostraram que os países da América Latina ocuparam os últimos lugares na avaliação e, entre estes, o último colocado foi o Brasil.

Nos últimos anos, a concepção de leitura vem sendo repensada a partir de uma série de debates e trabalhos teóricos que a concebem como uma questão pedagógica, social e linguística.

Não é mais possível desenhar políticas educativas sem enfrentar a problemática de extrema desigualdade social existente no Brasil.

Ao invés de criar programas para convencer as pessoas a ler determinados livros, para difundir o "prazer" de ler, é fundamental que se garanta a todos o acesso aos bens culturais, o que se faz não apenas alfabetizando a população, garantindo escolas e bibliotecas públicas de qualidade, mas também enfrentando as violentas desigualdades sociais brasileiras. Todo processo educativo se não for capaz de renovar-se de acordo com as novas exigências impostas pelos desafios sociais, como no caso das comunidades vivenciadas na pesquisa, pode perder sua autenticidade e seu poder transformador.

Promover melhorias significativas nos níveis de leitura e escrita daqueles que concluem o ensino fundamental ou o ensino médio, e que ainda apresentam domínios funcionais de leitura e de escrita acentuadamente precários é indispensável, para que resultados mais satisfatórios apareçam. Paralelamente, uma compreensão mais ampla da leitura como prática cultural de múltiplas dimensões deve ser incentivada na complexa malha social e em diferentes espaços sociais.

Tudo isso leva a pensar o quanto se tem para avaliar sobre práticas ainda vigentes buscando dimensionar cuidadosamente sua eficácia em relação aos resultados esperados pelas políticas de incentivo à leitura e, em particular, pelo PNBE.

Alunos com 14 anos ainda têm dificuldades em identificar informações que estão tanto explícitas quanto implícitas em um texto. Este déficit transcende a disciplina de português e atinge matérias como: matemática, no momento de interpretar situações-problema, e história, para compreender as relações entre os fatos. Nesse sentido, é interessante lembrar o papel de uma educação de boa qualidade, pois é necessário, primeiramente, ultrapassar a barreira da dificuldade da leitura para que o poder de interpretação seja facilitado.

Nas escolas, é importante ainda ressaltar que as bibliotecas escolares além de estarem bem aparelhadas, também devem contar com bons funcionários especializados em leitura.

Um avanço neste sentido foi a aprovação da Lei nº 12.244, de maio de 2010 que obriga todas as instituições de ensino, públicas ou particulares, ter um acervo bibliotecário até 2020. Além disso, ações inovadoras que têm sido feitas podem servir como exemplo. Um exemplo destas ações é o que está acontecendo na cidade de São Paulo, onde uma parceria entre a Secretaria Municipal de São Paulo e docentes da ECA, desenvolvem o projeto Quem Lê Sabe Porquê, que tem por objetivo formar mediadores entre leitura e escrita e organizar atuações socioeducativas. A proposta prática é, a partir das bibliotecas dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), integrar as comunidades próximas através de saraus, leituras dramáticas, musicais e até gestuais. A biblioteca deve ser mais do que apenas um lugar para emprestar livro, é imprescindível ser um espaço de estímulo à leitura.

A função educativa da biblioteca escolar no Brasil pode ser visualizada nas palavras de Lourenço Filho, proferidas em uma conferência sobre ensino e biblioteca, em 1944. O educador, integrante do movimento da Escola Nova, crítico e reformador do sistema educacional brasileiro, analisava detidamente a questão da leitura e mencionava a biblioteca, estabelecendo a ideia de que esta teria um papel a desempenhar na educação, que iria além daquele de “depósito de livros”:

A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto. Começa a compreensão destas ideias, felizmente, a vigorar entre nós. Certas bibliotecas escolares se modernizam, e passam a funcionar de forma menos ineficiente. Outras ensaia orientar os leitores, sugerir-lhes trabalhos, proporcionar-lhes melhores recursos de organização (Loureço Filho, 1946, p. 4).

Observa-se que já na década de 40, havia a percepção mesmo que vaga do papel da biblioteca no desenvolvimento da habilidade de leitura, representado por dois aspectos centrais: a leitura e a pesquisa, que dividiam a atenção dos profissionais da área, constituindo, juntamente com a ação cultural, o tripé que iria sustentar o discurso da ação pedagógica da biblioteca.

O desempenho da biblioteca revelava-se precário, decorrente de falhas relativas a acervo, pessoal e atividades, ao mesmo tempo em que refletia seu isolamento, tanto em relação aos segmentos da escola, quanto às instituições ligadas à leitura e à literatura. O conhecimento destes fatos, possibilitaram obter visão mais ampliada e realista da leitura, ao mesmo tempo que ficava implícita, então, a importância de um trabalho coletivo com respeito à leitura.

Na década de 70, especialmente após a promulgação da Lei 5692 (Brasil, 1971), os bibliotecários apressavam-se a demonstrar a contribuição da biblioteca para proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, com o elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania, pontos que constituíam o objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus, de acordo com a referida lei.

Surgiu em 1973, o primeiro texto que sistematizava atividades de educação de usuários para serem desenvolvidas nas oito séries do ensino do que hoje é conhecido ensino fundamental. Escolas que utilizavam métodos inovadores de ensino/aprendizagem tinham na biblioteca o seu “laboratório”, onde o bibliotecário teria a função de orientar professores e alunos no uso da biblioteca e das fontes de informação. O desenvolvimento de habilidades de estudo, pesquisa e consulta era visto como algo que poderia ocorrer na biblioteca e que possibilitaria ao aluno exercitar sua autoaprendizagem, levado por sua curiosidade e motivação a buscar por si mesmo o espaço maravilhoso da cultura.

Uma perspectiva realista da questão tomou corpo com os estudos acadêmicos que começavam a surgir na década de 1990 e que buscavam investigar a situação da pesquisa escolar na biblioteca a partir da observação do processo. Esses estudos constataram, cada qual a seu modo, a inadequação do processo de orientação da pesquisa escolar.

Consideramos que, se pretendermos que a biblioteca deva exercer efetivamente seu papel pedagógico, esses três aspectos: a leitura, pesquisa e a cultura, não podem mais ser tratados de forma fragmentada. Ao invés disso, o foco deve ser uma perspectiva integradora, que tenha como base a aprendizagem.

Cabe também ressaltar como um dos entraves para a leitura o fato de os professores muitas vezes estarem malformados e não serem leitores seja por falta de tempo ou oportunidade. Assim como grande parte dos brasileiros, os educadores demonstram dificuldade em adquirir ou manter o hábito de leitura.

Segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro em 2011, apenas 30% dos participantes que se identificaram como educadores, dizem gostar de ler. Apesar da amostra de educadores na pesquisa ser pequena, o que impede generalizações, o esboço revelado é preocupante, vindo do principal influenciador dos hábitos de leitura. Se o professor não é leitor, como formar leitores? Já existem políticas de distribuição de livros para as escolas, como o Plano Nacional Biblioteca *da Escola* e o próprio Plano Nacional do Livro Didático, é preciso então racionalizar iniciativas de forma que se possa aproveitar aquilo que a escola já possui e oferecer aos alunos e professores. Os docentes podem ser incluídos como público-alvo das atividades que originalmente são pensadas para os alunos. É preciso abrir espaço para que o professor possa expor suas necessidades sem o temor de ser tachado como incompetente ou inexperiente. O professor não é obrigado a achar fácil ler Machado de Assis ou Guimarães Rosa, mas precisa reconhecer essa dificuldade e buscar maneiras de superar suas limitações. O professor precisa ir mais além, tem de gostar daquilo que está apresentando aos seus alunos.

A dificuldade de acesso ao livro é para os professores, uma questão permanente. As características do mercado livreiro, marcado pelas dificuldades de distribuição - como a falta de livrarias em muitos municípios - e o preço relativamente alto do livro, somam-se aos baixos salários docentes para colaborar com a multiplicação do professor não leitor. Algumas escolas têm tido experiências exitosas ao envolver seus professores em atividades em contato com autores, roda de leitura etc. em que podem muitas vezes utilizar o próprio acervo da biblioteca e instigar seus educadores na busca da leitura por prazer.

4- A Tecnologia: Inimiga ou Aliada

4.1- A Tecnologia e o Homem

A tecnologia tem exercido influência sobre o ser humano desde a criação das primeiras ferramentas até o advento da máquina a vapor, transformando hábitos, modos de vida e instituições. De maneira análoga, as tecnologias atuais promovem mudanças sociais e culturais profundas, auxiliando, complementando e expandindo as capacidades humanas — seja ao facilitar ações cotidianas, ao possibilitar novos meios de locomoção ou mesmo ao substituir o homem em determinadas tarefas.

Essas inovações não alteram apenas o que fazemos, mas também a forma como nos comportamos e interagimos com o mundo. A tecnologia, ao mesmo tempo em que nos deslumbra, também nos provoca inquietações, revelando um paradoxo entre fascínio e receio. Assim, modifica-se a maneira pela qual produzimos conhecimento, bem como a forma de nos relacionarmos com a realidade que nos cerca.

As tecnologias contemporâneas possibilitam leituras inovadoras do mundo, ampliando as formas de articulação, construção e circulação da informação. Nesse contexto, é pertinente recordar o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889–1951), para quem “os limites da nossa linguagem denotam os limites do nosso mundo”, afirmando, portanto, a estreita relação entre linguagem, conhecimento e percepção da realidade.

No Brasil, já existiram várias iniciativas direcionadas a agregar tecnologia a educação. Registros históricos indicam que a primeira estação de televisão foi a TV TUPI, inaugurada em 1950 na cidade de São Paulo. As experiências educativas importantes iniciaram-se em 1969 por meio da Televisão Cultura, que passou a transmitir o curso Madureza Ginásial. O grande desafio do curso foi provar que era possível transmitir, pela televisão uma aula agradável e eficiente. Nessa mesma época, o sistema de Televisão Educativa (TVE) do Maranhão passou a desenvolver atividades educativas de 5ª a 8ª séries. A então Fundação Teleducção do Ceará (FUNTELC), mais conhecida como Televisão Educativa (TVE) do Ceará, começou em 1974 a desenvolver ensino regular de 5ª a 8ª séries, bem como a produzir e veicular os programas de televisão e a elaborar o material impresso (Saraiva, 1996).

Outro projeto educativo direcionado para o mundo do trabalho, desenvolvido desde 1978, foi o Telecurso 2º grau, implementado pela Fundação Roberto Marinho (FRM) em parceria com a fundação Padre Anchieta (mantenedora da TV Cultura de São Paulo) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A experiência indicou que houve sucesso na realização das

atividades e em 1981 foi criado o Telecurso 1º grau, com apoio do MEC e da Universidade de Brasília (UnB). No ano de 1994, a série televisiva ganhou uma revisão metodológica, sendo a dramaturgia adaptada à educação. Esse novo formato de telecurso foi criado em 1995 com o nome de Telecurso 2000.

O Telecurso, além de ser realizado em todo território nacional, foi também desenvolvido em Portugal pela federação das Mulheres Empresariais e Profissionais, que por intermédio de um convênio com a empresa responsável pelo Telecurso disponibilizou o programa aos países de língua portuguesa. Nessa proposta, foram incluídos os países africanos, como Angola, Moçambique e Cabo Verde. Em outros países como a Inglaterra, houve uma adaptação do curso de Geografia visando a sua utilização na rede pública de ensino, possibilitando aos alunos adquirirem conhecimentos sobre o Brasil.

Em um mundo tecnológico, integrar novas tecnologias à sala de aula ainda é pouco frequente e um desafio para docentes. Em muitos casos, a formação não considera essas tecnologias, e se restringe ao teórico.

A internet, a tecnologia mais utilizada atualmente, foi criada em 1969 para fins militares, um pedido do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América a uma equipe de pesquisa de universidades americanas para que projetasse um sistema de comunicação invulnerável a um eventual ataque nuclear.

Esse sistema de comunicação foi comercializado na segunda metade da década de 1990. A internet foi privatizada e se tornou tecnologia comercial.

A história da Internet no Brasil começou só em 1991 com a RNP (Rede Nacional de Pesquisa), uma operação acadêmica subordinada ao MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia).

Em 1994, a EMBRATEL lançou o serviço experimental a fim de conhecer melhor a Internet e em 1995 foi possível, pela iniciativa do Ministério das Telecomunicações e Ministério da Ciência e Tecnologia, a abertura ao setor privado da Internet para exploração comercial da população brasileira.

A Internet teve um crescimento exponencial no número de redes, número de hosts e volume de tráfego. Além deste crescimento também disponibilizou novos serviços de diretório, indexação e pesquisa que ajudam desde então, os usuários a descobrir as informações de que precisam na

imensa Internet. A maioria desses serviços surgiu em função dos esforços de pesquisa das universidades e evoluíram para serviços comerciais.

O número de usuários da Internet, rede mundial de computadores, cresce rapidamente e tende a duplicar a cada ano, o que faz dela o meio de comunicação que mais cresce no mundo.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2014, são 9,8 milhões de pessoas com mais de dez anos que passaram a acessar a rede mundial de computadores em um ano. Cerca de 95,4 milhões de pessoas acessaram a internet no Brasil em 2014, um crescimento de 11,4% em relação a 2013. A proporção de internautas no Brasil entre a população de habitantes passou de 49,4%, em 2013 para 54,4% em 2014.

Dados da mesma pesquisa também mostraram que o número de pessoas com aparelhos celulares para uso pessoal também aumentou em 2014. Houve um crescimento de 6,4 milhões de pessoas em relação a 2013, o que representou um aumento de 4,9%. Com isso, 77,9% da população brasileira tem um celular. Vivemos em uma nova realidade, temos a nossa disposição uma moderna forma de aquisição de informações, sobre praticamente qualquer assunto já que um usuário tem acesso a uma imensa quantidade de dados, espalhados por toda a rede, de forma prática e acessível.

4.2 - A Tecnologia e a Escola

A escola não é um mundo isolado, desta forma fazer uso de tecnologias em sala de aula será um destino do qual a escola não poderá fugir. A introdução adequada das novas tecnologias em sala de aula exige, por parte do professor, familiarização e domínio pessoal desses recursos. Para que o docente desenvolva confiança em suas próprias competências tecnológicas, é imprescindível que tenha oportunidades de explorar tais ferramentas tanto individualmente quanto em grupo, ao longo de um período significativo.

Somente dessa forma será possível que, ao se deparar com dificuldades, o professor possa reconhecê-las, compreendê-las e superá-las, transformando os desafios em oportunidades de aprimoramento pedagógico e profissional. No Brasil, a implantação de tecnologias educacionais tem sido uma realidade que deve aumentar a cada dia, tanto na rede particular como na pública, já que têm sido incluídas no currículo, atividades ligadas à informática. O computador tem sido usado como uma ferramenta de desenvolvimento onde o aprendizado ocorre pelo fato de estar sendo executada uma tarefa por intermédio do computador. A vasta gama de programas educacionais e

as diferentes modalidades de uso do computador mostram que a tecnologia pode ser bastante útil no processo de ensino aprendizagem.

Para o aluno, quanto maior a diversidade de ferramentas por ele dominada, maior será seu território de ação. A equipe escolar poderá realizar uma pesquisa quanto ao uso de internet pelos estudantes e assim ter pistas interessantes quanto ao tempo destinado às tecnologias, sites e redes sociais mais frequentados e a natureza de jogos preferidos. Esse levantamento dará subsídios para mapear a intensidade e a qualidade da utilização dos recursos tecnológicos e direcionar seu planejamento de atividades que serão propostas.

É fato que, o hábito de leitura através de livros impressos está caindo gradativamente; isso justifica que o interesse pelos livros não seja mais como antes graças a tecnologia, pois é através da Internet que podemos ter informações de todo conteúdo necessário para pesquisas de todas as áreas. A grande preocupação dos educadores é mostrar para seus alunos que não é só a Internet que contém informações importantes, mas também os livros didáticos.

Diante dessa realidade para que a leitura se transforme em uma necessidade, desejo e prazer, os textos devem fazer parte da realidade dos alunos, de modo que possam se identificar dentro do contexto, e sejam estimulados a tomarem gosto pela leitura tornando-a agradável no presente. Nas atividades de leitura é importante que o professor passe para os alunos quando ocorreu o aparecimento da leitura, para que concluam que essa prática é anterior as tecnologias modernas como a televisão, computador, telefone etc.

A primeira fase de aprendizagem da habilidade de ler precisa começar com o exercício da leitura em voz alta, facilitando a segurança de uma boa leitura de maneira gradativa. A meta do ensino de leitura é importante. Conforme destaca Steiger (apud Bamberger, 1991, p. 61),

ao ler para crianças é preciso 1) estimulação pelo uso da modulação da voz que influa o quanto puder no seu bem-estar e conduza à autorrealização; 2) emprego eficiente da leitura como instrumento de aprendizagem e indagação e de relaxamento e fuga; 3) constante alargamento dos interesses de leitura pelos estudantes; 4) estimulação de uma atitude que conduza a um interesse permanente pela leitura de muitos gêneros para inúmeros fins.

Nos anos iniciais da escolarização, é fundamental que os alunos conheçam os mais diferentes tipos de leituras: silenciosa, em voz alta, leitura visual, dramatizada e compartilhada.

A prática da leitura em voz alta oferece à criança a conquista de ler, escutar a própria voz, construindo as unidades simples. Ao elogiar a criança, ela se emociona e se sentirá mais segura por estar lendo corretamente, despertando assim o gosto cada vez maior pela leitura.

Por exemplo, a leitura pode ser feita para a socialização escolar, na sala de aula lê-se o quadro de presença, o cardápio do dia, as atividades que serão realizadas, o calendário, a programação do dia etc.

Após a alfabetização, a criança tem a possibilidade de começar a trabalhar com a leitura de textos mais complexos. Os contos de fada são muito usados para divertir as crianças e desenvolver a imaginação. Os contos fantásticos e maravilhosos também são ótimas ferramentas, com seus lugares e personagens sobrenaturais. Nesse tipo de texto ocorre a situação inicial, o conflito e o desfecho.

Outra sugestão são as cantigas de roda que são muito valiosas para o aprendizado das crianças. São músicas da cultura popular que, passadas de geração por geração fazem parte do universo infantil. São conhecidas e utilizadas em diversas brincadeiras, sua principal característica é a repetição de versos, onde é empregada a gesticulação e estimulada a memorização, pois há rimas e paralelismos nos versos.

Outro gênero muito apreciado pelas crianças são as histórias em quadrinhos, texto narrativo em que a imagem e texto se completam. Há personagens centrais e secundários e o cenário é composto por ilustrações, que indicam as mudanças de tempo e de humor dos personagens. A linguagem é informal e desperta nas crianças a diversão e a curiosidade.

São inúmeros os gêneros como trava-língua, parlendas, fábulas etc. que podem ser explorados pelos professores, levando em consideração a idade, o nível de desenvolvimento e a necessidade de cada um, usando de criatividade a fim de motivar seus alunos a se aventurar no mundo encantado da leitura.

Em sentido geral, as teorias da motivação afirmam que um aluno motivado busca desafios e novidades, isso mobiliza seus esforços para atingir uma meta e aumenta seu sentimento de competência. Esse grau de desafio não tem um padrão, porque cada indivíduo tem o seu; o que podemos afirmar é que o professor ao realizar seu trabalho deve ter como meta motivar seus alunos.

Especificamente, na questão de leitura, podemos pensar que textos sem dificuldades ou textos com bastante dificuldade parecem estar em posições opostas, portanto, longe do ponto ideal de desafio. No tocante às atividades escolares, para que sejam potencialmente motivadoras, o planejamento deve envolver o desafio, a curiosidade, o controle e a fantasia. As tarefas valorizadas e desafiadoras favorecem a percepção de competência, por isso, devem conter metas claras cuja execução exija esforço, esse deve estar em nível intermediário, pois um nível muito elevado de esforço pode gerar ansiedade, enquanto um nível baixo pode causar tédio ou descaso.

Especificamente o professor tem papel importante, seja para resgatar, seja para manter a motivação dos alunos. Em relação à leitura, os primeiros fracassos conduzem os alunos a evitar novas oportunidades de ler, fato que colabora para o surgimento de atitudes desfavoráveis em relação à leitura.

O professor escolhe textos que acha que seus alunos vão considerar interessantes e divertidos, porém o que interessa no ensino não é a interpretação do professor, mas sim como o aluno percebe o texto.

Considerações finais

O desenvolvimento do interesse pela leitura constitui um processo contínuo, que se inicia no ambiente familiar, é aperfeiçoado na escola e se estende ao longo da vida, manifestando-se nos mais diversos espaços sociais. No entanto, quando esse interesse não é estimulado em casa, cabe à escola o papel fundamental de resgatá-lo e fortalecê-lo.

Acredita-se que a escola, além de ensinar a técnica da leitura, deve despertar o prazer de ler e motivar o aluno a construir uma relação autêntica e significativa com o texto. É preciso lembrar que só se aprende a ler, lendo — seja em sala de aula, seja em espaços de leitura —, sendo essencial proporcionar ao estudante contato constante com diferentes materiais escritos, de modo a desenvolver sua competência leitora, base da aquisição do conhecimento e da formação do pensamento crítico e intelectual.

Para que o processo de ensino e aprendizagem não se reduza a práticas mecânicas, é imprescindível preservar o sentido do conhecimento, valorizando as indagações e inquietações do aluno, da sociedade e da cultura. Cabe à escola o papel de provocar a curiosidade, estimulando

questionamentos e reflexões que auxiliem o estudante a compreender o mundo que o cerca e a intervir de forma consciente e transformadora.

No contexto educacional, a tecnologia não deve ser vista como algo a ser temido, mas como um elemento a ser problematizado e compreendido criticamente. É fundamental levantar questionamentos sobre seu uso, seus objetivos, o tempo dedicado a ela e o desenvolvimento das habilidades necessárias para lidar com a imensa quantidade de informações disponíveis. O desafio consiste em direcionar o uso da tecnologia para a ampliação do mundo do aluno e para a construção de saberes significativos.

Na educação, o foco deve estar na produção colaborativa do conhecimento, em que alunos e professores atuem como coautores da aprendizagem, compartilhando experiências e responsabilidades no processo formativo. Mais importante do que o instrumento tecnológico é a criação de uma nova concepção de escola, em que o currículo seja entendido como um caminho coletivo, construído de forma participativa por todos os sujeitos envolvidos — professores, gestores e alunos.

A leitura, nesse cenário, deve ser uma prática prazerosa e significativa, não uma obrigação ou mera exigência avaliativa. Quando vivenciada de modo envolvente e interativo, a leitura torna-se fonte de prazer e descoberta. Contudo, se desprovida de criticidade, pode transformar-se em um ato mecânico, perdendo seu sentido e valor formativo.

Assim, mais do que incentivar o ato de ler, é necessário estimular o gosto e o prazer pela leitura, promovendo experiências que despertem a curiosidade, a reflexão e a capacidade crítica do leitor diante do mundo que o cerca. Os professores podem demonstrar a seus alunos que ler não se resume a decodificar palavras, mas é viajar sem sair do lugar, romper barreiras e vivenciar um exercício prazeroso e transformador. Formar leitores não significa moldá-los a um padrão mecânico, mas formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de compreender que podem intervir e transformar a sociedade por meio do conhecimento e da reflexão.

Para que isso se concretize, é essencial que os educadores trabalhem a leitura a partir da realidade dos alunos, propondo desafios que os motivem a participar ativamente do processo de construção de uma sociedade letrada e dialógica, na qual o contato com os textos e autores se torne espaço de diálogo e emancipação.

Dessa forma, a escola assume o papel de formadora de cidadãos leitores, promovendo não apenas o domínio da linguagem escrita, mas também o desenvolvimento da sensibilidade, da criticidade e da autonomia intelectual

Referências

ADAMS, A. e STARR, B.J.” **Les modeles de lecture**” Bulletin Psychologie, mayo-agosto, 1982

BAMBERG, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL, **Collecção das Leis e Decretos do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, Imperial Typographia de E. Seignot-Plancher, 1828

CARDOSO, Giane Carrera; PELOZO, Rita de Cássia Borguetti. A importância da leitura na formação do Indivíduo. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**. Disponível em [docs.google.com.br_a-importancia-da-leitura-na-formacao-do-individuo-55cac236c5481.pdf](https://docs.google.com/document/d/55cac236c5481/edit) – Acessado em 06/02/2017

COLOMER, Teresa e CAMPS, Anna. **Ensinar a ler, ensinar a compreender** – Porto Alegre: Artmed, 2002

EL FAR, Alessandra. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FOUCAMBERT, J. (1994). **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artes Médicas.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: três artigos que se completam**. 49 ed., São Paulo: Cortez, 2008

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura**. Campinas: Pontes, 1993.

LOURENÇO FILHO, M. B. **O ensino e a biblioteca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. 1ª Conferência da Série “A educação e a biblioteca”, pronunciada na Biblioteca do DASP, em 05/07/1944

SARAIVA, Terezinha. **Educação a distância no Brasil: ligações da história**. In: Em UNESCO (1976) : citado em COOK-GUMPERZ, J., 1986.

SMITH, F. (1999). **Leitura significativa**. 3ª edição. Porto Alegre: Artes Médicas.